

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## PORTARIAS, PROVIMENTOS E OUTROS ATOS DA PRESIDÊNCIA

### PORTARIA Nº 1035/2015

Dispõe sobre aposentadoria de servidor.

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Processo Administrativo nº 0007406-55.2008.8.06.0000 (2008.0007.5032-4);

**CONSIDERANDO** a edição da Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2012, que acrescentou o art. 6º-A à Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003;

**RESOLVE** aposentar, por invalidez, a partir de 14 de abril de 2008, FRANCISCO CARLOS FÉLIX DO REGO no cargo de Oficial de Justiça Avaliador, matrícula nº 263/1-0, nos termos dos arts. 152 e 156, da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974 (com a redação dada pela Lei estadual nº 13.578/2005) e art. 40, §1º, I, da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 (redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003), ATRIBUINDO-LHE os proventos mensais proporcionais a 49,78% (quarenta e nove vírgula setenta e oito por cento), a seguir discriminados:

I - a partir de 14 de abril de 2008, no valor de R\$ 1.247,22 (hum mil, duzentos e quarenta e sete reais e vinte e dois centavos), calculado pela média das contribuições previdenciárias do período de julho de 1994 a março de 2008, nos termos da Lei federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004;

II - a partir de 29 de março de 2012, no valor de R\$ 2.500,60 (dois mil, quinhentos reais e sessenta centavos), conforme Lei estadual nº 15.102, de 29 de dezembro de 2011, com fundamento no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, a seguir discriminados:

Vencimento (Lei estadual nº 15.102/2011) SPJNM-A04	R\$ 1.320,64
(Hum mil, trezentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos)	
Progressão Horizontal – 5% (Art.43, § 1º da Lei estadual nº 9.826/74)	R\$ 132,64
(Cento e trinta e dois reais e sessenta e quatro centavos)	
Gratificação de Atividade Externa (GAE) – 30% (Art. 17 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 396,19
(Trezentos e noventa e seis reais e dezenove centavos)	
Gratificação Por Alcance de Metas (GAM) - 30% (Art. 11 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 396,19
(Trezentos e noventa e seis reais e dezenove centavos)	
Parcela Individual Complementar – (Art. 10 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 59,55
(Cinquenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos)	
Gratificação de Estímulo a Interiorização – 20% (Art. 10 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 256,69
(Duzentos e cinquenta e seis reais e sessenta e nove centavos)	
<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 2.561,90</b>
<b>(Dois mil, quinhentos e sessenta e um reais e noventa centavos)</b>	
Adequação Vencimental (Art. 8º da Lei estadual nº 14.786/2010)	-R\$ 61,30
(Sessenta e um reais e trinta centavos)	
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.500,60</b>
<b>(Dois mil, quinhentos reais e sessenta centavos)</b>	

tudo de conformidade com a Legislação acima explicada.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, aos 04 dias do mês de maio de 2015.

Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale  
Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

### PORTARIA Nº 1037 / 2015.

Dispõe sobre lotação de servidor.

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso I, da Lei estadual nº 12.342, de 28 de julho de 1994,

**CONSIDERANDO** o que consta do Processo Administrativo nº 8504993-26.2015.8.06.0000,

**RESOLVE:**

Art 1º Lotar a servidora ANA VALÉRIA MONTEIRO PINTO PEDROSA, Técnica Judiciária Área Técnico Administrativa SPJNM, matrícula nº 22714.1/9, anteriormente lotada na Divisão de Folha de Pagamento, no Serviço de Registros Financeiros da Secretaria de Gestão de Pessoas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, Fortaleza, 29 de abril de 2015.

Maria Iracema Martins do Vale  
Desembargadora Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará